

As indefinições e o otimismo deste Plano de Habitação

Ao promover — com o Instituto de Engenharia — o Forum de Debates sobre o Plano Habitacional do Estado de São Paulo (de 14 a 17 de outubro), o Instituto dos Arquitetos do Brasil-SP levou, para os debates com órgãos e figuras do governo, empresários e técnicos de planejamento na área habitacional, as preocupações da entidade resumidas em uma frase pelo arquiteto Eurico Prado Lopes: “uma atitude de espera otimista”.

Para o presidente do IAB-SP, “o governo do Estado está lançando um Plano Habitacional que pode ter uma resposta a curto prazo. Pela primeira vez, encontrou-se uma fórmula para atender à demanda habitacional nos níveis de baixa renda, que é o subsídio. Acreditamos que a previsão das 20 mil habitações previstas no Plano para 1976, significa colocar os pés no chão e prometer o que será possível fazer, tendo em vista a capacidade real da CECAP. Sendo assim, vai ser possível induzir a iniciativa privada a dar seu aval ao plano. As 20 mil habitações iniciais visariam, então, conter nos níveis previstos o déficit habitacional — 1,6 milhão de casas até o final da década, segundo o próprio governo”.

Técnicos nacionais

“Não se deve”, afirmaram os arquitetos Eurico Prado Lopes e Benno Perelmutter, no final dos debates, “em hipótese alguma, permitir a participação de empresas estrangeiras, pois a indústria nacional, nos aspectos de técnicas de construção, de produção de material, bem como de formulação de projetos, tem plena capacidade para absorver as metas do Plano. Isto parece-nos que ficou claro nos pronunciamentos do governo, quando ele afirma que é preciso romper com os processos arcaicos de construção, absorvendo criando novas tecnologias, estimulando os centros de pesquisa existentes (o IPT, as universidades) e promovendo e reativando novos centros, tais como o CBC — Centro Brasileiro da Construção.”

Para Benno Perelmutter, “as modali-



dades preconizadas pelo Plano estão em nível muito geral e, agora, é difícil entender como executá-las. Esperamos que o governo detalhe o quem-quê-como disto”. Contudo, “o Plano terá repercussões econômicas, é evidente, especialmente junto ao mercado de material de construção, ao mesmo tempo que realiza uma ordenação de nível institucional, integrando ao Sistema Financeiro da Habitação organismos que antes atuavam isoladamente, tais como a CECAP — que está sendo transformada em sociedade anônima — o BADESP, a Caixa Econômica Estadual etc.”.

Lotes, mutirão

“O mutirão e a autoconstrução são outras formas previstas para dar habitação às populações com rendas de um a três salários mínimos. Também eles devem ser detalhados, pois uma análise imediata leva ao receio de que se pode aumentar ainda mais a deformação urbana. É claro que o operário despende o seu tempo de lazer trabalhando para construir sua casa, mas não se pode institucionalizar essa precariedade habitacional, considerando-se a elevação da qua-

lidade da vida, e, conseqüentemente, da habitação.”

O procedimento é válido a curto prazo, “enquanto se institucionalizam os processos e os meios que dão as qualidades mínimas desejáveis às construções. A locação com compromisso de compra e venda e poupança paralela permitirá a médio prazo eliminar os aspectos de mutirão e autoconstrução, atingindo as qualidades habitacionais esperadas para a habitação do trabalhador”.

“É fundamental, então, a orientação técnica para essa construção popular. Isto significa colocar em prática o projeto de forma adequada às necessidades do usuário, mesmo que isso seja feito por partes, já que sua renda não permite fazer tudo imediatamente, mas por fases, segundo a evolução econômica do grupo familiar.”

Problema fundiário

“Já na época do Primeiro Conselho de Governo” — lembraram Eurico e Benno — “o IAB-SP deixou claro que o lançamento do Plano Habitacional será a grande oportunidade para se desencadear pela primeira vez um processo de formação de uma política fundiária. Apesar de o problema girar na área federal, o governo de São Paulo pode atuar nesse sentido, como iniciador e normalizador da grave questão fundiária. No Plano, não ficou clara uma definição sobre o uso do solo urbano, e os técnicos e organismos que participaram do Forum aprovaram recomendação a favor disto.” Lembra Benno Perelmutter que 33% das áreas metropolitanas pertencem ao governo, “como informou o próprio secretário das Áreas Metropolitanas, Cerqueira César”.

Outro aspecto é o da ocupação da mão-de-obra nos canteiros de produção. “É preciso” — afirma Benno Perelmutter — “acabar com o mito de que a industrialização e o uso de técnicas modernas de construção geram desemprego. A introdução de processos de pré-fabricação, ao contrário, deverá criar um estágio superior de mão-de-obra qualificada, absorvendo-a progressivamente.”

ARQUITETO

Ano III n.º 29
Outubro 1975
Tiragem: 12.000 exemplares

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Schema Editora Ltda.

Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.** Redação, Publicidade e Administração: rua Frei Caneca 322 - térreo telefone: 257-7049, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição nacional dirigida a arquitetos, órgãos do governo e construtoras. Circulação nacional.

Assinatura (12 números), Cr\$ 100,00. Número atrasado, Cr\$ 10,00.

SASP

Presidente: Geraldo Vespasiano Puntoni; **Vice-Presidente:** Paulo Lúcio de Brito; **Diretor-Secretário:** Teru Tamaki; **1.º Te-**

soureiro: Ricardo Chahin; **2.º Tesoureiro:** Sérgio Teperman; **Diretores Suplentes:** Hélène Afanasieff, Nelson Andrade, José Expedito Prata, Ana Maria de Biase Gonçalves Dente, Luiz Gonzaga de Oliveira Camargo e Paulo Sérgio de Souza e Silva. **Conselho Fiscal:** William Munford, Rodney Guaraldo e Antonio Melchior — Efetivos; João Clodomiro Browne de Abreu, Maria Cecília Closs Scharlach e Paulo Celso Dornelles del Picchia — Suplentes.

IAB-SP

Presidente: Eurico Prado Lopes; **Vice-Presidentes:** Benno Michael Perelmutter, Ruy Gama, Eduardo Corona; **Secretário Geral:** José Magalhães Junior; **Secretário:** Walter Renan Abreu Maffei, Maria Cecília Closs Scharlach; **Tesoureiros:**

Nedir Falqueiro, Tito Lívio Frascino; **Diretores:** Haron Cohen, José Cláudio Gomes, Fábio Goldman, Rita Olmo Aprigliano, Rogério Antônio Dorsa Garcia, Alessandro Ventura; **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn, Vasco de Mello; **Representantes do Conselho Superior:** João Batista Vilanova Artigas, Paulo Archias Mendes da Rocha, Sérgio Zaratini, Israel Sancovsky, William Munford, Fuad Jorge Cury (titulares), Jorge Wilhelm, Maurício Kogan, Francisco Petrarco; **Grupo Executivo de Divulgação do IAB:** Tito Lívio Frascino (coordenador).

ARQUITETO

Editor: Vicente Wissenbach; **Diretor responsável:** Fábio Pentead; **Diretor de Re-**

dação: Arlindo Munglioli; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga, Eros Lelot Filho, Ana Maria Modestia (assistente); **Diretor Adjunto:** arq. Sérgio Teperman; **Coordenadores:** Hélène Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), José Roberto da Silva (editor assistente/redação), Paulo Caruso (ilustrações), Irene Fumie Kimura (assistente de produção), Helitor Ferreira da Costa; **Colaboradores:** Arquitetos César Bergstron Lourenço, Cristiano Marcaro, Teru Tamaki, Stenio José Ferreira (Rio), Ephim Shluger (EUA); **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Fotolitos:** Artes Gráficas Polychrom; **Composição e Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.